

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE – CS

Parecer nº 03 de 02 de dezembro de 2019.

Projeto de lei nº 081/2019 de 30 de setembro de 2019.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, de autoria do Executivo Municipal, com base no artigo 51 C do Regime Interno que relata:

***“Art. 51 C. Compete à Comissão de Saúde manifestar-se em todos os projetos e matérias que versam sobre assuntos relacionados `saúde pública, saneamento básico, atividades médicas e paramédicas, ações preventivas em geral e no controle de drogas e medicamentos.”***

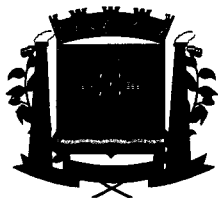
Diante do projeto apresentado sobre o exercício financeiro de 2020 para o Município de Ubá, averiguamos que foi destinada à saúde a quantia de R\$ 59.900.625,20 (cinquenta e nove milhões, novecentos mil, seiscentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

Fazendo uma análise da disposição constitucional sobre saúde, descreve o artigo 196:

***“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”***

Pode-se verificar que o Executivo se preocupou em atender os ditames constitucionais, já que se atentaram em indicar verba para o funcionamento de diversos programas e atividades, o que proporcionará adequado atendimento à população em vários aspectos.

Importante lembrar que a Constituição Federal, afim de garantir o financiamento do Sistema Único de Saúde, relacionou normas para que um mínimo de recurso recebido pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios fossem destinados à saúde.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Com relação aos Municípios, de acordo a Constituição Federativa o artigo 198, § 2º, III, a base de cálculo é o produto da arrecadação dos impostos:


***“Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:***

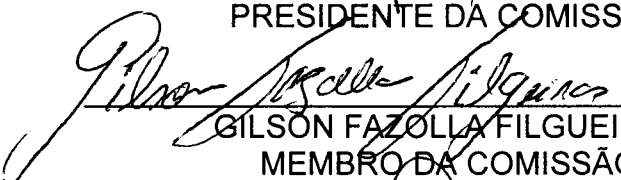
***§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)***

***III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)”.***

Portanto a Comissão de Saúde desta Casa Legislativa, após a análise do Projeto de Lei 081/2019, de origem do Poder Executivo, conclui que o projeto deve ser acolhido pelo Plenário.

Ubá, 02 de dezembro de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
ROSANGELA MARIA ALFENAS DE ANDRADE  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

  
\_\_\_\_\_  
GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO

  
\_\_\_\_\_  
JOSE ROBERTO REIS FILGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO